

CENÁRIOS, DESAFIOS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO AMAPÁ CONTRIBUIÇÕES DE MULHERES DOS QUILOMBOS E ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO DO AMAPÁ.

1. Apresentação

O presente documento intitulado “Cenários, desafios e propostas para a Educação Quilombola no Amapá” foi produzido no âmbito do Projeto Mulheres Negras e Quilombolas pelo Direito a Educação, realizado pelo IEB, com apoio da União Europeia. Para sua construção, o IEB realizou um Diagnóstico Rápido Participativo – onde participaram 55 pessoas nos quatro municípios - um Curso de Formação sobre Educação, Gênero e Identidades Negras – com duas turmas, tendo a primeira 23 participantes e a segunda 64 participantes – e finalmente uma Escuta – com 50 participantes em reuniões e entrevistas presenciais ou remotas - com quilombolas e lideranças do movimento negro do Amapá.

O conjunto destas ações tem como finalidade colaborar em uma agenda propositiva para a garantia e acesso ao direito à educação escolar de qualidade social e técnica para as mulheres negras e quilombolas em 4 municípios do estado do Amapá, na perspectiva dos ODS 4 (Educação) e ODS 5 (Igualdade de Gênero). Além de mobilizar organizações locais e agentes públicos a construir uma agenda positiva sobre a efetividade das políticas públicas educacionais em relação às mulheres negras e quilombolas como estratégia de localização dos ODS 4 e ODS 5; e pactuar compromissos pela garantia e acesso do direito à educação básica de qualidade social e técnica de mulheres negras e quilombolas nos municípios de Itaubal, Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari.

Inicialmente pensado como um olhar aprofundado e localizado nos quilombos já citados, o afastamento social em função da pandemia, teve como consequência a inevitabilidade de realização de ações virtuais, portanto, não foi possível um aprofundamento de realidades locais, e sim um olhar amplo sobre o estado, ainda que careça de uma investigação mais localizada.

Este conjunto de atividades e pessoas envolvidas resultou na identificação do cenário e desafios colocados atualmente para que a Educação no Amapá garanta às mulheres negras e quilombolas o acesso e permanência na educação escolar com qualidade técnica e social, assim como as suas especificidades de mulheres quilombolas amazônicas sejam efetivamente incorporadas nos processos de ensino e aprendizagem. Mas este documento não expressa somente o olhar crítico das mulheres sobre a Educação Quilombola, traz igualmente propostas para que se chegue em 2030 – ano limite para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – com uma educação que não deixe nenhuma menina e mulher para trás!

2. Cenários e desafios da Educação Quilombola no Amapá: olhares das mulheres negras e quilombolas.

2.1. Cenários: lendo alguns indicadores

Um primeiro cenário a ser apresentado é aquele descrito pelos indicadores oficiais, necessários para uma compreensão ampla dos desafios. Os dados de 2018 da PNAD (IBGE, 2019) demonstram que no Brasil há disparidades em todas as faixas de ensino, em relação a cor ou raça, os indicadores de pessoas pretas ou pardas são piores que o das pessoas

brancas. As pessoas pretas e pardas possuem menos anos de estudo, maior distorção entre idade e série, menores índices de alfabetização e de conclusão do ensino básico.

Os dados oficiais evidenciam, que a negação de acesso à educação de qualidade social e técnica é uma realidade para a população de pretos e pardos no Brasil, sendo, portanto, uma negação de direito que tem cor. Contudo, o fato de que 23% das pessoas na PNAD 2018¹ não declararem sua cor/raça em cada uma das etapas da educação básica indica que as desigualdades podem ser ainda maiores na categoria cor/raça. Em se tratando da identificação por sexo, não há dados desagregados que permitam avaliar o acesso de meninas e mulheres pretas ou pardas ao ensino básico.

O Amapá é um estado que apresenta um grande contingente de população negra. De acordo com o Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010²), a população do estado é composta por 23,77% de brancos, 8,39% de pretos, 1,05% de amarelos, 65,68% de pardos e 1,1% de indígenas. Os estudiosos das relações raciais do Brasil consideram a junção das populações preta e parda na categoria “negro”, de modo que, adotando-se esse entendimento, pode-se considerar que “74,07% da população do Estado do Amapá é negra”³.

Em que pese configurar-se como a maioria da população do estado, o acesso à educação de qualidade para a população negra do Amapá acompanha os indicadores nacionais, e emerge como um desafio estrutural a ser vencido, seja no que diz respeito a equidade, seja quanto ao reconhecimento e valorização das diferenças, como fator de reparação das desigualdades raciais existentes.

¹ Informativo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Educação 2018. IBGE, 2019. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>

² Censo demográfico de 2010. IBGE, 2010. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>

³ CARMO, Patrick Luiz Galvão do. **Educação das relações étnico-raciais no ensino de Filosofia: Percepções de professores do ensino médio de Macapá**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, 2015.

Os índices da educação no estado do Amapá demonstram que o analfabetismo cresceu em 2018, onde 6,1% dos amapaenses acima de 15 anos não sabiam ler, nem escrever. Em 2017 o índice foi de 5%, de acordo com o movimento Todos Pela Educação. O Amapá ficou abaixo da taxa nacional de 6,8%, porém, a disparidade por cor e raça ainda aponta que os desafios para inclusão são maiores. Entre os amapaenses autodeclarados brancos, o analfabetismo é de 3,9%, entre os pardos 6,5% e entre os pretos é de 8,1%⁴.

No ano de 2003, em nível nacional, foi instituída a Lei 10639/2003, onde inserem-se várias ações afirmativas pelo direito à educação da população negra. Essa lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN/96, incluindo em um de seus artigos a obrigatoriedade do estudo da história e cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas públicas e privadas do país (Galvão, 2015). No bojo dessa discussão, no estado do Amapá, foi aprovada a Lei 1.196/2008, que foi regulamentada no ano de 2009 pelo Governo do Estado, na qual foi criado o Núcleo Estadual de Educação Étnico Racial (NEER).

Mais recentemente, foi promulgado pelo governo do estado o Decreto nº 3652/2019, que trata da inserção do termo quilombola às denominações das escolas integrantes do Sistema de Ensino do Amapá atendendo a uma antiga reivindicação das comunidades quilombolas.

Como pode-se observar há um marco legal para combater o processo de exclusão e invisibilidade de pessoas pretas no ambiente escolar. Porém, a efetividade de suas diretrizes, ainda é um desafio para o sistema de educação como um todo, não tendo a lei alcançado seu objetivo básico que é combater as práticas racistas.

⁴Analfabetismo sobe no Amapá e taxa de negros sem ler é o dobro da de brancos. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/09/08/analfabetismo-sobe-no-amapa-e-taxa-de-negros-sem-ler-e-o-dobro-da-de-brancos.ghtml>. Acesso em 13 de março de 2020.

Contudo, não é suficiente os dados estatísticos para expressar o alcance tanto das políticas públicas voltadas à qualidade da educação, quanto as realidades vividas pelas mulheres negras e quilombolas em seus municípios e comunidades. Desta forma, apresentam-se a seguir as percepções que foram levantadas, assim como os pontos em comum que estas percepções evidenciam.

2.2 Cenários: Ouvindo as falas das mulheres negras e quilombolas

Em relação ao cenário da educação quilombola, a escuta teve como referência a seguinte pergunta: Considerando que existem leis que garantem ao povo quilombola uma educação diferenciada, o que significa ter acesso facilitado a escolas, ter conteúdos abordados pelos professores e como parte do currículo a cultura e história local, afro-brasileira e africana.

Asseguram que essas escolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades. A legislação preconiza a consulta e a participação das comunidades nas escolas. Também prevê que tenham corpo técnico adequado, seja pela qualidade técnica destes profissionais, mas também por sua compreensão sobre a questão racial, entre outras diretrizes. *Você considera que isso acontece nos quilombos do Amapá? Fale sobre o que percebe a respeito desta questão, se possível trazendo exemplos.*

As mulheres em suas falas não indicaram uma percepção positiva quanto ao cenário. Reconhecem que há escolas que se esforçam para se adequar à lei e às políticas estabelecidas e construir práticas que garantam a educação quilombola, mas se trata antes de um esforço pessoal dos professores e outras pessoas envolvidas com a escola do que uma efetivação da política pública, havendo improvisações como usar uma das casas da

comunidade para as aulas, como uma delas diz: “A lei garante, mas na prática isso não acontece na maioria das escolas quilombola. A educação quilombola está acontecendo muito lento e ainda tem muito para melhorar⁵”.

Nas falas o que se evidenciou de forma intensa foi uma percepção negativa do cenário da educação quilombola abordando quatro aspectos. Primeiramente elas identificaram de que há uma **distância entre o marco legal e a sua efetividade na realidade educacional das comunidades quilombolas** que se expressa numa baixa articulação dos governos com as comunidades, de tal forma que não se garante a infraestrutura para que as escolas realmente implantem e implementem a educação quilombola, de tal forma que há comunidades que desconhecem as leis que garantem ao povo quilombola uma educação diferenciada, pois não visualizam isso nas escolas que há na comunidade ou que os estudantes frequentam, ao ponto que uma delas disse que “*não se recordam de ter assuntos e conteúdos abordados sobre a cultura local, afro-brasileira e africana nas escolas*”⁶.

Constatam, portanto, que há uma baixa aplicabilidade da lei nas escolas dentro dos quilombos e reforçaram que são poucas as iniciativas que expressam uma educação quilombola e geralmente surgem a partir de interesse de algum professor e não por que seja para o cumprimento da lei ou implementação da política e assim, quando esse professor sai da escola geralmente a iniciativa se acaba, com raras exceções, portanto, conclui-se que “a educação quilombola caminha lentamente no estado, mesmo com todas leis⁷”.

⁵ Escuta com as mulheres de organizações do Movimento Negro do Amapá, em 28/10/2020.

⁶ Escuta com as mulheres dos Quilombos, em 29/10/2020.

⁷ Escuta com as mulheres dos Quilombos, em 26/10/2020.

Outra constatação é a **deficiência de quadros profissionais para atuarem na educação quilombola, mas igualmente há demanda por capacitação específica para os educadores sobre esta modalidade de educação**. Em relação ao primeiro componente desta constatação se destaca a crítica das mulheres à indicação de gestores sem critérios técnicos, dificultando o bom andamento dos trabalhos; a lotação de professores sem formação na área de educação quilombola, assim como falta nas escolas de um corpo técnico preparado para desenvolver um trabalho sobre a questão racial. Segundo a fala de uma delas o quadro é o seguinte: *“Professores que não estão preparados para trabalhar com a temática e gestores que não conhecem a realidade local e sem compromisso com a educação quilombola. Sem contar a rotatividade desses gestores⁸”*.

Em relação ao segundo componente, as mulheres destacaram que está faltando uma política que seja voltada à capacitação e formação continuada de professores para trabalhar nas escolas das comunidades quilombolas, levando até mesmo reforçar somente um aspecto da cultura quilombola, como elas disseram: *“vemos que na maioria dos quilombos (a escola) trata mais da questão cultural (dança)⁹”*.

Diretamente relacionado à essa baixa qualificação social e técnica quanto a educação quilombola se pode então evidenciar mais um elemento do cenário, que é **a distância entre o conteúdo programático e a vida, cultura e conhecimentos quilombola**. Segundo as mulheres ouvidas, justamente por não se ter um conteúdo elaborado em relação à história afro-brasileira e africana, as mulheres dizem não reconhecer a efetividade de uma educação diferenciada. Elas são categóricas: *“Infelizmente na nossa comunidade quilombola não existe*

⁸ Escuta com as mulheres de organizações do Movimento Negro do Amapá, em 31/10/2020.

⁹ Escuta com as mulheres de organizações do Movimento Negro do Amapá, em 03/11/2020.

uma educação diferenciada como por exemplo: não temos conteúdos abordados pelos professores como parte do currículo voltada para nossa cultura e história local não temos material didáticos. Existe carência muito grande em trabalhar os conteúdos que envolvem a educação quilombola. Não tem entrelaçamento da cultura local e a escola¹⁰. Estas falas demonstram que os currículos não estão voltados para os contextos de educação quilombola, evidenciando um distanciamento entre educação e território, portanto, ainda que se tenha a lei, mas a temática história e cultura afro brasileira, está longe de ser implementada de forma significativa na vida da educação escolar quilombola.

Esse contexto foi exemplificado pelas mulheres a partir da realidade dos quilombos e pela força de seu significado seguem abaixo de forma literal, conforme suas falas:

**SOBRE AS DEFICIÊNCIAS DE ESTRUTURA ESCOLAR,
PARA A GESTÃO DA POLÍTICA E QUANTO À OFERTA:**

- ✓ No Taperera, nossa escola é de madeira, só tem uma sala de aula pequena, uma cozinha pequena, um quarto pequeno para os professores, etc. Funciona do Nível I até o 9º ano. Pela turma da manhã, tem 13 alunos e na turma da tarde (*tem*) 15 alunos.
- ✓ A educação de qualidade não acontece dentro da escola do Curiaú. Por mais que os professores busquem trabalhar, as dificuldades são muitas. A estrutura física da escola não contribui para uma educação de qualidade.

¹⁰ Escuta com as mulheres dos Quilombos, de 17 a 20/10/2020.

- ✓ O NEER - Núcleo de Educação Étnico Racial da Secretaria de Estado da Educação é quem acompanha as escolas quilombolas que abordam essa temática. No entanto, não tem apoio nem orçamento, nem transporte que garanta a realização de suas atividades. Então é muito difícil fazer esse monitoramento do trabalho dessas escolas.

SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CONTEÚDO CURRICULAR E A VIDA, CULTURA E CONHECIMENTO QUILOMBOLA:

- ✓ *Aqui na Conceição (do Macacoari) já veio material didático adequado do quilombo: livros, CD, Slides. Mas por não ter profissional capacitado para reforçar esses conhecimentos ficamos sem conhecer melhor nossa cultura.*
- ✓ *Devido a comunidade Quilombo São José ter sido reconhecida pelo Instituto dos (pela Fundação) Palmares apenas em 2011, a região ainda não tem o conhecimento que existe uma comunidade remanescente quilombola. Então, são os próprios moradores da comunidade que contam a sua história, como surgiu e sua cultura. A história deles deveriam ser contadas nas escolas que seria importante tanto para os moradores como para região. A história da comunidade foi contada pela matriarca da comunidade Raimunda Pinto de Azevedo que faleceu com 110 anos no ano de 2011 e repassada de pais para filhos.*
- ✓ *Tem como exemplo a escola da própria comunidade (do Curiaú) que já trabalhava com essa temática até mesmo antes da lei. Havia um projeto transdisciplinar chamado Cantinho de Casa. Após a implementação da lei o projeto trocou o nome para Curiaú mostra a tua cara. E uma outra escola que elas conhecem que aborda*

bem legal essa temática é a Escola do Porto do Céu no Distrito do Coração no município de Santana.

- ✓ *Na escola que ela (professora) trabalha (na Comunidade do Curiaú) tem um projeto que busca trabalhar essas questões culturais. Esse projeto é mantido unicamente pelos professores e comunidade, não existe contra partida por parte da secretaria de educação para que o projeto aconteça.*
- ✓ *Na lei, são poucos os quilombos atendidos, um exemplo temos o Curiaú, com alguns educadores negros do próprio quilombo com o currículo voltado a realidade dos educandos. Em outros quilombos temos pouca visibilidade, a lei é trabalhada timidamente, até porque os educadores não têm compromisso com a igualdade de gênero e racial.*
- ✓ *Exemplo disso (a não-implementação da temática da história e cultura afro-brasileira) é a Comunidade remanescente de quilombolas de Ressaca da Pedreira, que trata do assunto somente no dia 20 de novembro, data em que se comemora o dia da consciência negra, seria interessante que tratasse o ano todo*

Levando-se em conta estes exemplos, a realidade das mulheres negras e quilombolas do Amapá em relação à educação se apresenta-se ainda mais iniqua. A negação de direitos às mulheres negras pode ser combatida com o auxílio de políticas públicas governamentais, educação básica pública de qualidade e o cumprimento eficaz da Lei nº 10.639/03, porém os desafios são relevantes para essa efetivação. As mulheres também apontaram tais desafios, como são mostrados a seguir.

2.3 Os desafios: as mulheres negras e quilombolas dizem quais são eles.

Para indicar os desafios, a escuta teve como referência a seguinte questão: **Considerando que as mulheres são ainda mais impactadas com as dificuldades de acesso e permanência no ensino básico, quais os desafios enfrentados pelas mulheres das comunidades quilombolas do Amapá na educação?** As percepções das mulheres focaram nestes dois aspectos na educação quilombola: o acesso à este direito humano universal, que está igualmente previsto na Constituição Federal, assim como a permanência, enquanto a garantia de que a educanda negra e quilombola cumpra com sucesso seu percurso educacional.

Em relação aos desafios no âmbito do acesso, as mulheres inicialmente chamam a atenção para os desafios impostos à elas pela sua própria condição de serem mulheres negras, quilombolas e amazônicas, onde as dificuldades se tornam muito mais intensas. Como uma delas afirmou: *“O Brasil é um país marcado historicamente pela desigualdade. com as relações de patriarcado, clientelismo, racismo, assistencialismo, entre outros logo o acesso e permanência da mulher na educação básica nas comunidades remanescentes de quilombo e bem complicado, o discurso machista ainda é muito presente tanto na fala do homem quanto da mulher¹¹”*.

Há também o conjunto de desafios que dizem respeito às condições básicas que devem ser oferecidas para que se tenha acesso à educação, como a convivência entre trabalho e educação escolar: *“Os desafios enfrentados por nós mulheres quilombolas são muitos, mas o principal deles é porque a maioria das mulheres trabalham na agricultura*

¹¹ Escuta com as mulheres de organizações do Movimento Negro do Amapá, em 06/11/2020

durante o dia e o acesso ao Ensino Básico na escola é só durante o dia e não temos energia suficiente para estudarmos à noite. Diante disso, desses fatos mencionados, mais do que nunca precisamos de uma escola adequada e de qualidade dentro de nossa comunidade¹².

Assim um desafio básico é a ampliação da rede escolar para que haja igual ampliação de oferta e possibilite aumentar o acesso das mulheres negras e quilombolas à educação, tanto no nível fundamental, quanto no nível médio de ensino. Mas não é somente no ensino básico que estão colocados os desafios, há também aqueles relacionados à entrada e permanência no ensino superior e até mesmo na forma como se dá a relação entre a instituição de ensino superior e as comunidades quilombolas, que muitas das vezes não é horizontal, como diz uma das mulheres: *“A universidade não escuta as comunidades quilombolas. Não temos o direito de escolher o curso. A universidade impõe. A universidade precisa ter um olhar diferenciado para as comunidades quilombolas¹³”.*

Um destaque relevante dado pelas mulheres é quanto a educação como um direito que possibilita acesso a outros direitos e uma compreensão cidadã da vida. Logo, ter esse direito negado reforça as desigualdades, pois como exemplificou uma das mulheres: *“Nós também temos dificuldades de orientar nossas filhas e filhos que temos os mesmos direitos que os brancos. Por não termos conhecimentos, (pois) muitos pais são analfabetos¹⁴”.*

Quanto à permanência das mulheres quilombolas no ensino escolar, um dos desafios relaciona-se a um grande índice de evasão escolar por parte das meninas, ora por conta que vão trabalhar para ajudar na renda familiar, ora porque ficam em casa cuidando dos irmãos

¹² Escuta com as mulheres dos Quilombos, de 17 a 20/10/2020.

¹³ Escuta com as mulheres de organizações do Movimento Negro do Amapá, em 27/10/2020.

¹⁴ Escuta com as mulheres dos Quilombos, em 27 e 31/10/2020.

mais velhos, enquanto os pais trabalham ou ainda por conta da gravidez precoce, fazendo com que meninas se tornem adultas antes do tempo, com um número bem elevado de meninas se tornando mães muito cedo.

Para as mulheres adultas o contexto também é desafiador, como dito por uma delas: *“As mulheres negras quilombolas são desafiadas diariamente. Além de exercer suas atividades do cotidiano (afazeres do lar, cuidar dos filhos, da roça, da pesca) ainda tem de ir a escola e enfrentar um ensino que não atende suas necessidade. Não é um ensino diferenciado como preconiza a lei e acessar o ensino superior é bem pior a situação¹⁵”*.

Portanto, gerar condições objetivas para a permanência das mulheres exige do poder público e dos gestores a percepção e elaboração de ações que respondam as estas singularidades das mulheres quilombolas, expressas, por exemplo, em relação ao transporte escolar: *“(no Quilombo São José) um desafio é a assistência para logística de transporte para ida a escola mais próxima, não tem a disponibilidade de uma lancha escolar para esse transporte, e sem esse apoio com o transporte e horários alternativos para que elas possam frequentar as aulas sem precisar abrir mão de cuidar da casa, cuidar dos filhos e trabalhar fica difícil ter acesso a educação¹⁶”*.

Essa mesma exigência de percepção e resposta às especificidades das mulheres quilombolas também se dá em relação ao ensino superior, como bem descreve uma das mulheres: *“Essa dificuldade aumenta ainda mais ao chegar no Ensino Superior. Atualmente a Unifap oferta um vestibular diferenciado para quilombolas e indígenas. Porém, para cursar*

¹⁵ Escuta com as mulheres de organizações do Movimento Negro do Amapá, em 31/10/2020.

¹⁶ Escuta com as mulheres dos Quilombos, em 29/10/2020.

o curso só é possível se o aluno se mudar para o município de Oiapoque. Visto que as vagas disponíveis são para vagas do Polo da Universidade Binacional. O custo de vida neste município é o mais elevado do estado. Apesar da universidade disponibilizar uma bolsa de permanência. Para cobrir custo (alimentação, moradia e material escolar). É importante dizer que a economia do município vive em alta, mas bolsa não tem aumento¹⁷”. Questionam dizendo porque um polo no Curiaú ou em outra comunidade quilombola mais próxima. A maioria dos indígenas estão no Oiapoque, mais a maioria das comunidades quilombolas estão em Macapá.”

Interessante destacar que estas falas coletadas na escuta – realizadas em outubro e novembro de 2020 – alinham-se e reforçam as percepções identificadas no Diagnóstico Rápido Participativo¹⁸ – realizado em fevereiro do mesmo ano -, sendo que lá as falas convergiram para a percepção de que a qualidade na educação não é só ter um prédio escolar na comunidade ou próximo da comunidade que atenda crianças e jovens em idade escolar, mas que é preciso ter um conjunto de componentes integrados contribuindo na qualidade da educação, seja:

- i) alimentação de qualidade;
- ii) transporte com segurança;
- iii) professores capacitados e bem remunerados;
- iv) recursos didáticos adequados a realidade diferenciada;
- v) diferenças reconhecidas e incorporadas no currículo escolar.

¹⁷ Escuta com as mulheres dos Quilombos, em 27/10/2020.

¹⁸ IEB. Diagnóstico. A Educação em Relação às Mulheres Negras e Quilombolas por Elas Mesmas: Primeiras Aproximações. Pg 18 – 26.

Os componentes **qualidade dos professores quanto à didática, recursos pedagógicos e alimentação escolar** são apresentados como muito importantes para o desenvolvimento da primeira infância, alfabetização e ensino de matemática, por serem considerados como a base da formação para as etapas seguintes.

Um outro componente comum que emergiu das falas é que não há igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional, para as comunidades quilombolas. Acessar outros níveis educacionais para os (as) quilombolas tem um custo financeiro muito alto de transporte e de manutenção nos locais onde as modalidades de ensino são ofertadas.

Este conjunto de desafios podem ser muito bem sintetizados por esta fala que é um misto de constatação e apelo à mudança: *“No Taperera, **muitas** que conseguiram terminar o Ensino Básico não tem condições financeiras para ir em busca de um ensino médio e superior em uma cidade, pois para os meninos se torna mais fácil, mas **para as meninas não**. Além dos preconceitos, elas não têm onde morar e os pais muitas vezes não podem ir junto e, com isso, as mulheres e as meninas de nossa comunidade vão ficando para trás no acesso à educação¹⁹”*.

Frente a este conjunto de desafios que tem a magnitude da desigualdade histórica que o povo preto enfrenta a centenas de anos no Brasil e especialmente na Amazônia, as mulheres negras e quilombolas encontram ânimo e vigor para a defesa de seu direito à educação em sua ancestralidade, porque luta por direitos e ancestralidade andam juntas, conforme suas próprias palavras demonstram²⁰:

¹⁹ Escuta com as mulheres dos Quilombos, de 17 a 20/10/2020.

²⁰ Falas sobre a ancestralidade no 4º Encontro Virtual do Curso Educação, Gênero e Identidades Negras, realizado em 23/07/2020.

- ✓ *“Nossa luta foi e ainda é árdua. Muitas coisas melhoraram e ainda lutamos para conseguir mais. Nossa força vem justamente da nossa ancestralidade. O que os nossos mestres nos deixaram lutamos para não perder.”;*
- ✓ *“A nossa ancestralidade nos fortalece cada vez mais... faz dar sentido em nosso dia a dia.”*
- ✓ *“Quando buscamos conhecer nossa história nos fortalecemos, e nos tornamos multiplicadores das lindas experiências vivenciadas que encantam e despertam a nova geração a valorizar.”*
- ✓ *“A ancestralidade das mulheres negras é muito forte, são elas que estão sempre na luta. Eu reaprendi a ouvir com estas comunidades com quem estou em comunhão”.*

Mas destacaram igualmente, a importante e necessária relação entre a terra ancestral e a garantia do direito a terra como lugar de vida e existência, que deve ser reconhecido em lei (titulada), porque é direito do povo e das comunidades quilombolas e que a luta por esse direito ao reconhecimento do território é, acima de tudo, uma luta coletiva, comunitária e solidária.

Assim como um elemento importante dessa luta é combater o “apagão da história” do povo preto, o que exige valorizar os conhecimentos e sabedoria dos mais velhos, contar por si mesmo sua história de povo, tornar essa história cada vez mais pública e, nesse sentido, várias participantes destacaram o papel que a Educação tem como espaço de afirmação da identidade negra, mas é um papel que tem de ser construído e reforçado todos os dias.

3. Propostas das mulheres negras e quilombolas para avançar na Educação Quilombola no Amapá

As mulheres participantes deste processo de diagnóstico, formação e escuta não se colocaram como meras espectadoras da realidade, mas também formuladoras e proponentes de ações para que a Educação Quilombola se realize numa dinâmica de inclusão e empoderamento das mulheres. É necessário destacar que estas mulheres também expressam uma autocrítica quanto ao papel que as comunidades quilombolas e cada um dos seus membros é chamado a assumir em relação à participação e controle social das políticas públicas.

Neste sentido, o primeiro movimento é conhecer seus direitos e se reconhecer como sujeito de direitos, para que se efetive o empoderamento das comunidades. Como elas mesmo disseram: “As comunidades precisam entender o que é educação quilombola para poder fazer o controle social²¹” e que “a comunidade precisa saber e conhecer sobre os recursos destinados a educação quilombola e a sua aplicabilidade²²”. Essa dinâmica potencializa o surgimento de lideranças comprometidas com suas comunidades, as quais podem motivá-las a acionarem os mecanismos para que as leis sejam cumpridas, aplicadas em sua totalidade e as políticas públicas sejam efetivas.

Segundo as palavras delas: “As comunidades quilombolas precisam ocupar os assentos: Fundeb, Conselho Estadual de Educação, Conselho de Alimentação Escolar onde existe cadeiras e tomar de conhecimento como funciona e fazer valer seu papel de controle social²³”. Mas para isso, é preciso responder ao desafio de estimular e fortalecer o empoderamento em todas as fases da vida das mulheres negras, especialmente, por meio

²¹ ²¹ Escuta com as mulheres de organizações do Movimento Negro do Amapá, em 31/10/2020.

²² Idem

²³ Idem

da educação. Assim, a Educação aparece como espaço que pode favorecer o empoderamento da mulher negra, segundo elas: “O empoderamento das mulheres negras faz toda a diferença no seu lugar de fala. Cada vez mais faz-se necessário estamos empoderadas. E a melhor forma buscar cada vez mais esses conhecimentos é no movimento e através da educação²⁴”.

Então se pode concluir que as falas das mulheres não são uma mera crítica ou proposições para “os outros”, mas também voltadas para suas próprias comunidades, quanto à ampliar sua participação e controle social das políticas públicas educacionais.

Contudo, a educação enquanto política pública, cabe aos agentes públicos estatais sua execução e neste aspecto as mulheres apresentam as propostas sobre três aspectos: Ampliação da oferta, Investimentos em infraestrutura escolar e custeio educacional e Capacitação e Formação Profissional.

Seguem abaixo as propostas, conforme a elaboração e formulação das mulheres, tendo sido feitas somente edição ortográfica, quando necessário no registro escrito das falas:

²⁴ Fala sobre o papel das mulheres negras nas lutas contra as desigualdades raciais no 5º Encontro Virtual do Curso Educação, Gênero e Identidades Negras, realizado em 06/08/2020.

AMPLIAÇÃO DA OFERTA

- ✓ (Faz-se necessário dinamizar a) política pública de incentivo à educação para as mulheres quilombolas.
- ✓ O estado tem de garantir ensino de qualidade do básico até o ensino médio, garantir acesso e permanência nas universidades, faculdades e nos institutos (federais) de educação.
- ✓ As propostas abaixo expressam a demanda de uma comunidade, mas que o processo de Diagnóstico e Escuta parece demonstrar que se trata de uma questão comum à Educação Quilombola no Amapá:
- ✓ (É necessário) trazer oportunidades para nós mulheres negras do Quilombo Taperera, tenhamos acesso ao estudo de jovens e adultos e também uma escola com uma boa estrutura adequada e com bom padrão de qualidade.
- ✓ Outra solução (para a ampliação da oferta no Quilombo Taperera) seria o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) pois tem muitos jovens e muitos adultos que tem vontade de terminar os estudos, porém não tem oportunidade devido a disponibilidade de tempo e a distância da comunidade para cidade pois ensino médio e EJA só tem na cidade de Laranjal do Jari. Houve um período que em uma comunidade vizinha teve EJA, porém o horário não permitia que as pessoas pudessem comparecer e infelizmente foi cancelada a turma por isso eles optam por horários alternativos seria uma solução.
- ✓ Outra alternativa (para ampliar a oferta) seria um calendário diferenciado, pois a comunidade tem atividade agroextrativista e no período da coleta da castanha é de janeiro a junho e eles passam boa parte no centro onde fazem a coleta da castanha.

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA E CUSTEIO ESCOLAR

- ✓ O estado tem de garantir política de investimento na Educação Quilombola e educação quilombola dentro do ensino básico que é primordial, tendo um maior acompanhamento das escolas quilombolas por parte da secretaria de educação.
- ✓ Em termos de uma demanda concreta, as mulheres apresentaram propostas para apoio a que os estudantes se mantenham em seu percurso escolar: um dos elementos mais básicos do custeio, o transporte, com seguem abaixo:
 - (Dar efetividade) a um programa de apoio financeiro para locomoção
 - O estado tem de garantir transporte coletivo público que atenda a necessidade das comunidades e não das empresas de ônibus.
- ✓ Há também proposição de investimento, mais especificamente quanto à construção de unidades escolares.
- ✓ Ter a casa do estudante quilombola (em locais onde há instituições de ensino médio e superior) para garantir (que as pessoas) daquela comunidade sem acesso ao ensino médio e superior, possa ser oportunizado (e assim tenham acesso a esses níveis de ensino).

LOTAÇÃO DE EQUIPE NAS ESCOLAS QUILOMBOLAS E CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- ✓ Haver o cuidado em lotar nas escolas de comunidade quilombolas, professores, técnicos e gestores que tenham condições de trabalhar com a temática quilombola e principalmente que respeitem as peculiaridades de cada comunidade.

- ✓ Aproveitar a mão de obra local (na lotação do quadro profissional das escolas quilombolas) , pois há muitos moradores com formação adequada para trabalhar nas escolas quilombolas.
- ✓ Dinamizar a aplicação da lei 10.639, especialmente, pela formação continuada para professores se apropriarem dessa temática e assim poderem se adequar e trabalhar conforme preconiza a lei.
- ✓ Capacitação (no nível de ensino) universitário, de tal forma que dentro das universidades já seja trabalhada as questões história e cultura afro brasileira de forma eficaz.

4. Um chamado urgente: que todas as meninas e mulheres negras e quilombolas tenham acesso a uma educação de qualidade até 2030!

Ao se fazer um balanço dos cenários apresentados, seus desafios e propostas, fica evidente que a percepção da realidade em relação ao acesso a uma educação de qualidade ainda faz referência à demandas básicas: ter uma escola na sua comunidade ou próximo dela, que nesta escola tenha professores qualificados e alimentação de qualidade para os estudantes. Essa situação ainda é mais agravante quando se trata de uma educação que considere um público diferenciado como as mulheres e meninas quilombolas, onde sequer a estrutura básica foi garantida.

A escola se afasta dos estudantes quando não dialoga com a realidade, a própria decoração e ambientação da escola é descolada da realidade na qual está colocada. Por isso é importante a participação da família e da comunidade, fazendo parte do planejamento e da vida escolar. Uma escola sem a participação da comunidade pode ter um ensino de

qualidade, mas, é importante para a democratização da escola que tenha interação com a comunidade.

Segundo as falas das mulheres, as escolas dos quilombos não têm diferenciação em relação as outras escolas convencionais. É uma escola alienada de sua realidade, que nega a diferenciação, a origem e a tradição histórica da formação do povo negro e quilombola. E frente a essa situação aparecem perguntas relevantes: Essa escola, da forma como é percebida e vivida, tem sentido para meninas e mulheres negras? Como empoderar meninas negras na educação básica? As próprias mulheres indicam algumas primeiras respostas.

Primeiramente, que é preciso adotar a perspectiva de gênero e raça, desde a primeira infância, que a escola trabalhe o saber da mulher negra, que é invisibilizado, e uma educação com o olhar voltado para as mulheres negras e quilombolas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não especifica as questões de gênero e raça, é preciso que as SEMEDs integrem essas questões na discussão da BNCC.

Nesse sentido, assegurar uma educação de qualidade da primeira infância ao ensino secundário passa, primeiramente, pela garantia do espaço escolar na comunidade ou que se viabilize condições de transporte escolar com segurança para que as crianças, jovens e adultos consigam acessar a escola e, que a mesma, seja próxima ao seu lugar de moradia; ter a alimentação escolar garantida, em qualidade e quantidade, pois a falta de alimentação escolar influencia na má qualidade da educação.

A escola deve estar provida de professores capacitados, não somente para abordar os conhecimentos gerais do processo ensino-aprendizagem, que sejam capacitados e providos de recursos didáticos pedagógicos adequados à realidade, com base numa proposta pedagógica que resgate a história, cultura e a tradição do lugar, ou seja uma educação que

contribua para uma formação identitária, étnico-racial, o que seria dar um passo importante na implementação da Lei 10. 639/2003.

Portanto, para se ter um ensino de qualidade não é suficiente, ter escolas e existir vagas, uma escola de qualidade deve ter sentido e prover resultados para a vida. A qualidade do ensino não é estudar para sair da comunidade e não voltar mais, mas para estar na comunidade com oportunidade de trabalho e renda.

Diante deste cenário complexo e marcado por grandiosos desafios, as mulheres se colocam frente a eles como águas de rio, que quando se encontram fazem maresia, que mexem no fundo dos rios das memórias, que fazem uma pororoca de lutas, sonhos e conquistas agitadas como ondas de organização destas mulheres em movimentos e redes, para desaguar como direitos conquistados²⁵, para que ninguém fique pra trás!

Amapá, novembro de 2020

²⁵ Falas sobre a importância dos movimentos de mulheres negras na Amazônia, em especial no Amapá, e suas conquistas no 6º Encontro Virtual do Curso Educação, Gênero e Identidades Negras, realizado em 13/08/2020.